

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.432.064 - SP (2019/0013084-0)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : ARRUDA LOTERIAS LTDA.
ADVOGADOS : CELSO LUIZ SIMÕES FILHO - SP183650
FILIPE MANETTA MARQUEZIN E OUTRO(S) - SP306016
AGRAVADO : TV ÔMEGA LTDA
ADVOGADOS : RIOLANDO DE FARIA GIÃO JÚNIOR - SP169494
ALAN GUSTAVO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP237936
ROGER BAPTISTA DA CUNHA - SP237679
CLAUDIA RISSARDO SORELLI - SP243181

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. VIOLAÇÃO DO ART. 1022 DO CPC/15. OFENSA CONFIGURADA.

1. Ação monitória.
2. Há ofensa ao art. 1022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem deixa de se manifestar expressamente sobre questão suscitada nos autos e relevante para o julgamento da causa.
3. Agravo conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por ARRUDA LOTERIAS LTDA., contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 30/08/2018.

Concluso ao gabinete em: 12/02/2019.

Ação: monitória ajuizada pela agravante em face da TV ÔMEGA LTDA.

Sentença: declarou constituído em favor de Arruda Loterias Ltda. o título executivo judicial no valor de R\$ 256.496,20 (duzentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e noventa e seis reais e vinte centavos).

Acórdão: deu parcial provimento à apelação do agravado, nos termos da seguinte ementa:

AÇÃO MONITÓRIA Prestação de Serviços Espaço Publicitário Embargos - Sentença de improcedência - Preliminares de insuficiência de preparo e de dialeticidade, rejeitadas - Prescrição trienal

- Ação aforada tempestivamente - Preliminar rejeitada - Ação monitória exige prova escrita sem eficácia de título executivo - Documentos apresentados que se referem à obrigação do contratante de pagar veiculação publicitária, e de reclamos de devolução do valor pago - Ausência de prova escrita de obrigação de pagar emanada da contratada - Devolução de quantia paga por não veiculada publicidade contratada não comporta ação monitória, e sim processo de conhecimento - Preliminar de carência de ação acolhida - Embargos acolhidos na questão, prejudicado conhecimento do mérito - Desconstituição na ação monitória do título executivo judicial, oportunizado aditamento da petição inicial - Decaimento da apelada - Sentença substituída - Recurso, na parte conhecida, parcialmente provido (e-STJ fl. 243).

Embargos de Declaração: opostos pelo agravante, foram rejeitados.

Recurso especial: sustenta violação do art. 1022, I e II, do CPC/2015, sob o fundamento de que o TJ/SP não sanou omissão quanto i) a imposição dos ônus sucumbenciais sem o fim do processo; e ii) o motivo do valor do recolhimento recursal adotado pela agravada.

Aduz, ainda, ofensa do art. 700 do CPC/2015, ao argumento de que, ao contrário do firmado no aresto recorrido, a prova documental acostada à inicial, corroboradas com os fatos narrados pela TV OMEGA, constituem prova escrita sem eficácia de título executivo, hábil a ensejar a ação monitória.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da violação do art. 1.022 do CPC/2015

As razões recursais tecidas acerca da suposta omissão do TJ/SP residem no argumento de que, apesar de instado a se manifestar por meio de embargos declaratórios, o órgão jurisdicional quedou-se silente, especialmente, no que concerne à alegação acerca da imposição dos ônus sucumbenciais sem decisão definitiva no processo.

A questão foi objeto de devida insurgência nas razões dos embargos declaratórios interpostos, e da análise do processo, constata-se que o

Tribunal de origem, ao julgar os embargos de declaração interpostos pela agravante, foi omissa quanto ao referido argumento.

No sistema processual vigente, somente a sentença que põe termo ao processo condenará o vencido a pagar ao vencedor os honorários advocatícios (art. 82, §2º do CPC/15). O STJ possui entendimento de que não há falar em condenação em honorários advocatícios quando não houve encerramento do processo com sentença definitiva. Nesse sentido, cita-se como exemplos: REsp 68.318/SP, 2ª Turma, DJ de 28/06/2004; AgRg no Ag 755.780/MS, 1ª Turma, DJ 31/08/2006.

Assim, impõe-se a cassação do acórdão que apreciou os declaratórios, a fim de que este se pronuncie, na esteira do devido processo legal, acerca da omissão e contradição apontadas pela agravante (e-STJ fls. 268/269) referente a sua condenação em arcar com honorários advocatícios, apesar da ausência de declaração de qualquer das partes como vencida e da determinação de aditamento da inicial (e-STJ fl. 247).

Por conseguinte, tenho por prejudicada a análise das demais matérias insertas no recurso especial.

Forte nessas razões, CONHEÇO o agravo, para CONHECER PARCIALMENTE o RECURSO ESPECIAL, e nessa extensão, DAR-LHE PROVIMENTO, com fundamento no art. 932, III e V, a, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, para: a) anular o acórdão que julgou os embargos de declaração interpostos pela agravante; e b) determinar a remessa dos autos ao TJ/SP a fim de que este se pronuncie, na esteira do devido processo legal, sobre os argumentos elencados nos embargos de declaração opostos ao acórdão recorrido.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora

